

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra - CMDIM	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	Folhas: 04
--	-----------------------	---------------

<b>1. Identificação</b>			
<b>Data</b>	20/04/2022		
<b>Horário início</b>	14h	<b>Horário término</b>	15h
<b>Local</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)		
<b>Participantes</b>	Danielle Kondlatsch, Araci Turchen Makohi (Secretaria de Assistência Social e Habitação), Joseane Gelowate (Clube Soroptimista Internacional Rio Negro), Juliana Karolina Nasato (38º Batalhão de Polícia Militar de Mafra), Clenice Borba Rodrigues (Delegacia de Polícia Civil de Mafra), Ana Carolina Rosa Pires, Andreia G. Rauen Nardo, Maíke S. T. Steidel, Nilséia Ap. K. Iankoski, Caroline Teles de Souza, Soely Köene Sallai (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)		

<b>2. Pauta</b>
Edital de Convocação para entidades não governamentais para compor o Conselho; Elaboração do Regimento Interno; Apresentação da secretária executiva do Conselho; Apresentação do projeto Elas por Elas; Projeto Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência; Ações do Dia Laranja.

<b>3. Discussão</b>
<p>Aos vinte dias do mês de abril de 2022, às 14h, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra na sala de reuniões do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), contando com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Clube Soroptimista Internacional Rio Negro, 38º Batalhão de Polícia Militar de Mafra, Delegacia de Polícia Civil de Mafra, e a equipe técnica do CREAS. A reunião foi aberta e conduzida pela presidente Danielle Kondlatsch. Dando início à pauta do dia, Danielle trouxe para discussão o lançamento do Edital de Convocação para entidades não governamentais para compor o Conselho, uma vez que uma vaga foi aberta com a saída da Associação Butiá do Braz. Mencionou a necessidade de formar uma comissão para confecção do edital e do Regimento Interno. A assistente social do CREAS, Ana Carolina Rosa Pires, perguntou se está prevista na Lei a realização do Fórum de eleição das entidades. A presidente analisou a Lei, cuja última alteração é do ano de 2019 e fez a leitura do que segue: "O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por oito membros e seus respectivos suplentes, dentre mulheres que comprovadamente tenham contribuído na defesa dos direitos das mulheres, da seguinte forma: Governamentais – Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Saúde, Polícia Civil e Polícia Militar. A representação da sociedade civil organizada (titulares e suplentes) será paritária em relação às entidades governamentais e será escolhida em Fórum eletivo próprio dos representantes não governamentais com ações ligadas à defesa dos direitos da mulher, convocado pela Secretaria de Assistência Social". Perguntou em seguida para a equipe do CREAS qual é o procedimento para convocar o fórum eletivo. Ana explicou que o Conselho deve montar a comissão eleitoral, a qual será responsável em elaborar o edital. Que no edital deve constar o critério para o chamamento dessas</p>

entidades. Que a Comissão também é responsável por avaliar os envelopes e apontar se a entidade está apta ou não para participar, publicando o resultado em seguida. Informou também que deve existir um prazo de recurso para quem não está apto se adequar. Que então deve ser realizado o Fórum Eletivo, que é a eleição. Que após o resultado o município deve publicar o decreto com a relação de todos os conselheiros. Danielle lembrou que o Conselho da Mulher foi criado em 2001, funcionou por um período e foi reativado recentemente, sendo a mencionada lei refeita em 2019. Esclareceu que nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia, o Conselho ficou parado e que não foi encontrado o Regimento Interno, nem um documento antigo que pudesse ser estudado, e que por este motivo a discussão acerca do Regimento Interno foi retomada. Afirmou que assumiu a presidência do Conselho temporariamente, enquanto não existe o regimento vigente para que seja realizada a eleição de uma nova mesa diretora. Ana informou que a Comissão deve ser composta por membros paritários. A presidente sugeriu que fosse composta por um membro da sociedade civil e um membro de entidade governamental. Todas as conselheiras aprovaram, sendo a comissão eleitoral formada pela representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação, Danielle Kondlatsch e pela representante do Clube Soroptimista Internacional Rio Negro, Joseane Gelowate. Ana se disponibilizou a dar suporte enquanto técnica da Assistência Social. Juliana Karolina Nasato, representante do 38º Batalhão de Polícia Militar de Mafra), lembrou que a representante da OAB, a advogada Veridiane M. L. Zaine, também havia se disponibilizado a auxiliar na elaboração do edital e do regimento interno. Danielle afirmou que na ausência da OAB na reunião, a comissão formada confeccionará o edital e repassará para as representantes da entidade revisar. Passando para a segunda pauta da reunião, a presidente apresentou às conselheiras a sra Araci Turchen Makohi, que a partir do mês de Maio passará a ser a secretária executiva do Conselho, sendo a responsável pela guarda dos documentos e elaboração dos documentos necessários fora das reuniões. Destacou a experiência de Araci na Secretaria de Assistência Social e que seu trabalho somará no Conselho. Araci, por sua vez, se colocou à disposição do Conselho para auxiliar no que for necessário. Dando prosseguimento à pauta, Danielle passou a palavra para a equipe técnica do CREAS, a qual apresentou o programa Elas por Elas, com foco no atendimento de mulheres vítima de violência. A psicóloga do CREAS, Soely Köene Sallai, expôs que o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica iniciou no ano de 2019, em parceria com a Polícia Militar. Que eram realizadas reuniões mensais do quartel da PM, pensando inicialmente na proteção das mulheres, mas que na época houve dificuldade na adesão das mulheres. Que durante o período de pandemia o atendimento foi interrompido, e que neste ano o CREAS buscou a retomada do trabalho. Que neste sentido foi realizada uma reunião com a policial militar Juliana, do programa Rede Catarina de Proteção à Mulher, a qual se colocou para trabalhar em parceria com o CREAS novamente, realizando o encaminhamento das mulheres atendidas pelo Rede Catarina. Soely informou que a primeira reunião em grupo aconteceu no último dia 12, no CREAS, e que compareceram cinco mulheres. Enfatizou que as participantes interagiram, sendo o momento um processo terapêutico e produtivo. Que foi optado, pelas próprias participantes, a periodicidade da reunião quinzenal. Esclareceu que a proposta é trabalhar inicialmente a parte afetiva e a autoestima, bem como a colocação no mercado de trabalho. Que com este propósito já foi apresentada para as mulheres uma proposta de escolha de alguns cursos com a possibilidade de patrocínio pela Secretaria de Assistência Social. A presidente do Conselho solicitou maiores informações sobre as formas de encaminhamento das mulheres para o projeto Elas por Elas, e perguntou se a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI) poderia realizar também esse encaminhamento. Juliana mencionou que as mulheres encaminhadas pelo programa Rede Catarina já tiveram Medida Protetiva de Urgência deferida. Clenice Borba Rodrigues, representante da DPCAMI, explicou que a Polícia

Civil age depois do registro do boletim de ocorrência da Polícia Militar ou da própria Delegacia, e que a maioria das mulheres deseja a Medida Protetiva e não deseja representar criminalmente contra o ofensor. Que durante o atendimento às mulheres vítimas de violência ela poderia perguntar se há interesse da vítima em participar do projeto e passar o contato do CREAS. Clenice lembrou que uma grande porcentagem das mulheres que registram boletim de ocorrência reata o relacionamento por diversos motivos, como dependência financeira ou emocional, mas que se elas tiverem acesso a informações sobre o projeto, se souberem que existe um suporte e que a sua busca não vai terminar ali na Delegacia, será possível evitar a convivência da vítima com o ofensor novamente. Soely sugeriu deixar um material de divulgação na Delegacia, da mesma forma que a Delegacia pode enviar para o CREAS uma relação com as mulheres interessadas no projeto. Danielle perguntou ao CREAS se o grupo vai atender apenas as mulheres que estão vivenciando a violência ou também aquelas que estão em risco, que seria justamente essas que voltaram para a convivência com o agressor. Ana explicou que o grupo é uma ação do PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), o qual aponta as mulheres vítimas de violência como público, mas que não necessariamente elas precisam estar em situação de risco para serem atendidas. Complementou informando que as ações dependem também da demanda do grupo, e que para algumas mulheres será agendado atendimento individual. Clenice acrescentou que o que tem observado na Delegacia é a prevalência da violência psicológica nos relatos, motivo pelo qual acabam reatando o relacionamento, mas que a maioria dessas mulheres deseja um atendimento psicológico para se fortalecer. A presidente perguntou se há alguma outra forma de acesso ao grupo. Soely sugeriu a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) como porta de entrada, uma vez que o local atende as vítimas de violência doméstica. As policiais Clenice e Juliana explanaram que é de hábito, em caso de suspeita de violência ou casos de lesões graves, as Polícias Civil e Militar serem acionadas pela UPA. A presidente então colocou o Conselho a disposição do CREAS, especialmente do grupo que vai trabalhar no PAEFI, lembrando a importância de fazer o levantamento das informações do projeto para exposição no final do ano. Passou-se para o próximo assunto da Pauta, a construção da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência. Danielle afirmou que a licitação para construção da obra já está em execução e fez a leitura da Ata da reunião que ocorreu dia 14/03/2022 no Gabinete do Prefeito Municipal, tendo como pauta o projeto e seus empecilhos burocráticos. Após a leitura, acrescentou que o terreno escolhido está localizado no bairro Vila Nova, próximo ao CEDUP, diferente das opções trazidas na reunião anterior. Colocou ainda que após a construção será iniciada pelo Conselho a discussão acerca da execução do serviço. Soely perguntou sobre a abrangência da Casa Abrigo, ao que Juliana respondeu, com base em informações de reuniões anteriores, que será regional e a Casa receberá mulheres vítimas de violência dos municípios de Mafra, Itaiópolis, Monte Castelo e Papanduva. A presidente trouxe também como pauta a implementação de uma Ouvidoria da Mulher, para levantamento de assuntos possíveis de pauta para o Conselho. Comentou que a população de Mafra não tem a cultura de participação em Conselhos, mas que abrir um canal de comunicação para que as mulheres apontem suas demandas pode ser positivo. Todas as conselheiras concordaram que a ideia é interessante e viável. Danielle então afirmou que procurará a Procuradoria da Mulher da Câmara, a qual se colocou à disposição para que o projeto fosse operacionalizado. Juliana sugeriu um convite para a Procuradoria da Mulher da Câmara participar do Conselho. Danielle, contudo, lembrou que por ser do Legislativo a Câmara não poderia compor Conselho e votar, mas que poderiam participar. A presidente deixou a palavra aberta para assuntos gerais. Joseane perguntou se há alguma ação planejada para o Dia Laranja. Danielle informou que o CREAS realizou uma gravação que vai ao ar na Rádio dia 25. Que também está agendada para Maio uma reunião com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), na qual será apresentada a proposta para que todo dia 25 a Rua Felipe

Schmidt fique "laranjada"; e que para isso a CDL adquira uma fâmula para cada loja colocar na calçada na data. Retomando a pauta do Fórum Eletivo dos representantes da sociedade civil, a assistente social do CREAS, Ana, interrogou sobre a possibilidade da realização de uma eleição para todos os membros não governamentais, alegando que o Decreto a ser publicado pelo Executivo citará todos os membros eleitos. A presidente colocou o assunto para votação, ao que todas as conselheiras concordaram com a sugestão, de forma que as organizações não governamentais que já participam do Conselho serão orientadas a se inscreverem novamente. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada por todos os presentes, segue assinada pela presidente.

